

M/LEGATE



Morison KSi
Independent member

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31
DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019**

SAAG INVESTIMENTOS S.A.

São Paulo, 22 de setembro de 2021.

À
SAAG INVESTIMENTOS S.A.
Belo Horizonte - MG

Prezados Senhores

Estamos encaminhando a V.Sas. o Relatório dos Auditor Independente, acompanhado das Demonstrações Financeiras da **SAAG INVESTIMENTOS S.A.** para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

Colocamo-nos à disposição para qualquer esclarecimento adicional necessário, subscrevendo-nos.

Atenciosamente,

MACSO LEGATE AUDITORES INDEPENDENTES
CRC 2SP033482/O-3

Vagner Alves de Lira
CT CRC Nº 1SP222941/O-8 – S - MG

SAAG INVESTIMENTOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 ACOMPANHADAS DO RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

ÍNDICE

	Páginas
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE	2
 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	
Balço Patrimonial	5-6
Demonstraço do Resultado do Exercício.....	7
Demonstraço do Resultado Abrangente	8
Demonstraço das Mutaço es do Patrimônio Líquido.....	9
Demonstraço dos Fluxos de Caixa.....	10
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇO ES FINANCEIRAS	 11

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
SAAG INVESTIMENTOS S.A.
Belo Horizonte - MG

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações financeiras da **SAAG INVESTIMENTOS S.A.** em 31 de dezembro de 2020 que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **SAAG INVESTIMENTOS S.A.** em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção adiante intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

ÊNFASE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Conforme descrito na nota explicativa nº “5.b” às demonstrações financeiras, estão em andamentos investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem suposto envolvimento de empresas que prestaram serviços à Madeira Energia S.A. (investida) com alegações de possíveis atividades ilegais, incluindo empresas pertencentes aos grupos econômicos de acionistas que eram membros do Consórcio Construtor Santo Antônio. A Administração da Madeira Energia S.A. contratou escritório jurídico independente e constituiu uma comissão de investigação independente. Ao final da investigação, o escritório jurídico independente emitiu seu relatório, apresentado à Comissão e ao Conselho de Administração, em que se concluiu que não há evidências que corroborem as alegações preliminarmente investigadas, salvo novos desdobramentos futuros em decorrência das investigações ainda não concluídas, de acordos de leniência e ou de termos de colaboração firmados com as autoridades brasileiras. Não é possível avaliar os desdobramentos finais dessas investigações e se haverá impacto nas demonstrações financeiras. Nossa opinião não está modificada em decorrência desse assunto.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração é responsável pela elaboração e pela adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que os órgãos da administração e controladores pretendam liquidar as atividades da empresa ou cessar suas operações ou, ainda, não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

RESPONSABILIDADE DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de setembro de 2021.

MACSO LEGATE AUDITORES INDEPENDENTES

CRC 2SP033482/O-3

Vagner Alves de Lira

CT CRC Nº 1SP222941/O-8 – S - MG

SAAG INVESTIMENTOS S.A.

Balanco patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais)

ATIVO	Notas	2020	2019
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	87	3
Impostos a recuperar		4	10
Total do ativo circulante		91	13
Ativo não circulante			
Aplicação financeira		-	166
Investimentos	5	237.195	390.185
Total do ativo não circulante		237.195	390.351
Total do ativo		237.286	390.364

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das Demonstrações Financeiras

SAAG INVESTIMENTOS S.A.

Balanco patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	2020	2019
<u>Passivo circulante</u>			
Fornecedores		13	3
Demais passivos circulantes		1	1
Partes relacionadas	4	13	13
Total do passivo circulante		27	17
<u>Patrimônio líquido</u>			
	6		
Capital social		1.172.942	1.172.942
Adiantamento para futuro aumento de capital		1.568	1.174
Prejuízos acumulados		(942.303)	(788.821)
Ajustes de avaliação patrimonial		5.052	5.052
Total do patrimônio líquido		237.259	390.347
Total do passivo e patrimônio líquido		237.286	390.364

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das Demonstrações Financeiras

SAAG INVESTIMENTOS S.A.

**Demonstração do Resultado para os exercícios findos
em 31 de dezembro de 2020 e 2019**

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	2020	2019
Receitas e Despesas			
Despesas gerais, administrativas e tributárias	8	(494)	(1.027)
Resultado da equivalência patrimonial	5	(152.990)	(100.255)
		(153.484)	(101.282)
Receitas financeiras		3	4
Despesas financeiras		(1)	(6)
Resultado financeiro líquido	7	2	(2)
Resultado antes dos impostos		(153.482)	(101.284)
Imposto de renda e contribuição social	9	-	-
Prejuízo do exercício		(153.482)	(101.284)
Prejuízo básico e diluído por milhares de ações	6	(0,0075)	(0,0050)

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das Demonstrações Financeiras

SAAG INVESTIMENTOS S.A.

**Demonstração do Resultado Abrangente para os exercícios findos
em 31 de dezembro de 2020 e 2019**

(Valores expressos em milhares de Reais)

	2020	2019
Prejuízo do exercício	(153.482)	(101.284)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	(153.482)	(101.284)

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das Demonstrações Financeiras

SAAG INVESTIMENTOS S.A.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital-AFAC	Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.172.942	-	(687.537)	5.052	490.457
Adiantamento para futuro aumento de capital-AFAC	-	1.174	-	-	1.174
Prejuízo do exercício	-	-	(101.284)	-	(101.284)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.172.942	1.174	(788.821)	5.052	390.347
Adiantamento para futuro aumento de capital-AFAC	-	394	-	-	394
Prejuízo do exercício	-	-	(153.482)	-	(153.482)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.172.942	1.568	(942.303)	5.052	237.259

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das Demonstrações Financeiras

SAAG INVESTIMENTOS S.A.

Demonstração dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de Reais)

	2.020	2.019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(153.482)	(101.284)
Resultado de equivalência patrimonial	152.990	100.255
Resultado ajustado	(492)	(1.029)
Atividades operacionais		
Aplicação financeira de longo prazo	166	(166)
Fornecedores	10	1
Demais ativos e passivos	6	(4)
	182	(169)
Caixa líquido utilizados nas atividades operacionais	(310)	(1.198)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	394	1.174
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	394	1.174
Aumento e Redução de caixa e equivalentes de caixa	84	(24)
Demonstrado como segue:		
Caixa e equivalentes no início do exercício	3	27
Caixa e equivalentes no fim do exercício	87	3
Aumento e Redução de caixa e equivalentes de caixa	84	(24)

As notas explicativas da Administração são partes integrantes das Demonstrações Financeiras

SAAG INVESTIMENTOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A SAAG Investimentos S.A. (“Companhia” ou “SAAG”) é uma sociedade por ações, de capital fechado, constituída em 25 de fevereiro de 2010, resultante da cisão parcial do patrimônio da Andrade Gutierrez Participações S.A. (“AGPar”) aprovada em Assembleia Geral Extraordinária. A parcela cindida correspondeu à totalidade das quotas do capital social da Andrade Gutierrez Telecomunicações Ltda. (“AG Telecomunicações”) detidas pela AGPar, equivalente a 100% (cem por cento) do capital, e ao crédito de conta corrente existente entre as duas empresas a favor da AGPar.

A Companhia tem por objetivo social a participação no capital social da Madeira Energia S.A. (“MESA”) com sede no Brasil, na cidade de Belo Horizonte, no bairro Prado, na Rua dos Pampas, 568 – sala 06. A Companhia é uma *holding* investida controlada pelo Fundo de Investimentos em Participações Melbourne (“FIP”), que em 31 de dezembro de 2020 detém 51% do capital votante e 83,42% do capital total da Companhia e pela AG Participações S.A., que em 31 de dezembro de 2020 detém 49% do capital votante e 16,58% do capital total.

INFORMAÇÕES DOS INVESTIMENTOS DA COMPANHIA

MADEIRA ENERGIA S.A.

A Madeira Energia S.A. (“MESA”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 27 de agosto de 2007, com sede no município de São Paulo, controladora da Santo Antônio Energia S.A. (“SAESA”) e esta tem por objetivo a operação e a manutenção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio (“UHE Santo Antônio”) e de seu sistema de transmissão, em trecho do Rio Madeira, município de Porto Velho, Estado de Rondônia, assim como a condução de todas as atividades necessárias à operação da referida hidrelétrica e de seu sistema de transmissão associado nos termos do Contrato de Concessão de Uso do Bem Público (“Contrato de Concessão”) nº 001/2008-MME.

O prazo de duração do Contrato de Concessão é de 35 anos, contados a partir da data de sua assinatura, de 13 de junho de 2008. A energia elétrica produzida é comercializada pela Santo Antônio Energia S.A. (“SAESA”), controlada da MESA, na condição de “Produtor Independente”, nos termos estabelecidos pelo Contrato de Concessão.

Em 31 de dezembro de 2020, a UHE Santo Antônio dispõe de 50 unidades geradoras em operação comercial, totalizando 2.424,1 MW médios de garantia física. Em comparação ao mesmo período do exercício anterior, a UHE Santo Antônio operou em 2019 com 50 unidades geradoras totalizando 2.385,1 MW médios de garantia física.

Histórico societário

Conforme mencionado, a Companhia é oriunda de uma cisão parcial na qual recebeu 100% (cem por cento) das quotas de participação do capital na AG Telecomunicações. No exercício de 2011, o Grupo Andrade Gutierrez realizou uma reorganização societária no segmento de telecomunicações, simplificando sua estrutura operacional, reduzindo custos administrativos e otimizando processos. Como consequência, a Companhia transferiu a totalidade das quotas detidas na investida AG Telecomunicações para sua controladora à época, Andrade Gutierrez S.A. (“AGSA”).

Em 20 de dezembro de 2013, a AGSA transferiu a totalidade das ações da Companhia para a AGPar, que a partir desta data o capital social da Companhia passou a ser detido em sua totalidade pela AGPar. Em 21 de dezembro de 2013, foi deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária a alteração do objeto social da Companhia, que passou a ter a participação no capital social da Madeira Energia S.A., sendo-lhe vedada participar do capital de qualquer outra sociedade ou consórcio. Tendo em vista a alteração do objeto social, os acionistas deliberaram a alteração da denominação social da Companhia, de “Andrade Gutierrez Telecomunicações e Participações S.A.” (denominação anterior) para “SAAG Investimentos S.A.” (denominação atual).

Em 11 de março de 2014, a AGPar celebrou, na condição de Vendedora, com o Fundo de Investimento em Participações Melbourne Multiestratégia (“FIP Melbourne”), representado pelo Banco Modal S.A., Administrador do FIP Melbourne, na condição de Comprador, Contrato de Compra e Venda de Ações para a aquisição, sujeita ao cumprimento de certas condições precedentes, de 83% (oitenta e três por cento) do capital social total, sendo 49% (quarenta e nove por cento) das ações com direito a voto (ações ordinárias) e o restante, 34% (trinta e quatro por cento) do total de ações, correspondentes a 100% (cem por cento) das ações sem direito a voto (ações preferenciais). Dentre as condições precedentes previstas, estavam a aprovação da operação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e a participação da Companhia em 12,4% (doze vírgula quatro por cento) do capital social da Madeira Energia S.A.

Para atender a uma das condições precedentes do referido contrato, a Companhia deliberou, em 27 de maio de 2014, o aumento de capital mediante emissão privada de novas ações, que foram integralizadas por sua controladora AGPar com o saldo do investimento mantido por esta na MESA. Dessa forma, a Companhia passou a deter participação de 12,4% no capital da MESA.

No dia 6 de junho de 2014, após atendimento de todas as condições precedentes previstas, a AGPar concretizou o Contrato de Compra e Venda de Ações, transferindo ao FIP Melbourne 49% (quarenta e nove por cento) das ações ordinárias da Companhia e 100% (cem por cento) das ações preferências, somando 83% (oitenta e três por cento) do capital total.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As políticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente aos exercícios apresentados nessas Demonstrações Financeiras.

2.1. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas inicialmente com base no custo histórico.

2.2. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e alterações posteriores, abrangendo os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Estimativas e julgamentos críticos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. A Administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia entende que não há risco significativo de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos.

2.5. Principais políticas e práticas contábeis

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

b) Investimentos

Os investimentos em controladas em conjunto, assim como as coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Nas demonstrações financeiras deve ser constituída provisão no passivo para aqueles investimentos que possuem passivo a descoberto. Em 31 de dezembro de 2020, não havia provisão para passivo a descoberto das companhias investidas.

c) Reconhecimento das despesas

As despesas são contabilizadas pelo regime de competência. As despesas pagas antecipadamente e que competem a exercícios futuros são diferidas, de acordo com seus respectivos prazos de duração.

d) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada de ações em circulação durante o exercício. A Companhia avalia constantemente se está exposta a instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico.

e) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são contabilizados pelo regime de competência. Os tributos mencionados atribuíveis a diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social são registrados no ativo ou passivo, conforme o caso, somente no pressuposto de realização ou exigibilidade futura.

2.6. Adoção de novas normas e interpretações

A partir de 1º de janeiro de 2018, entraram em vigor novas normas relacionadas ao reconhecimento de receitas (CPC 47 – Contratos com cliente) e a tratativas para instrumentos financeiros (CPC 48 – Instrumentos financeiros). As principais informações à cerca da adoção inicial destas normas estão descritas abaixo:

a) CPC 47 – Contratos com cliente

Esta norma introduziu novas exigências e diretrizes para o reconhecimento e mensuração das receitas de bens e serviços, adotando uma abordagem de cinco passos e, em especial, o conceito de obrigações de desempenho. A referida abordagem de cinco passos deve ser levada em consideração para determinar se, quando, e por quanto a receita deverá ser reconhecida.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia concluiu que a referida norma não possui impacto em suas demonstrações financeiras, considerando sua característica de holding e a ausência de contratos de prestação de serviços ou fornecimento de bens a terceiros.

b) CPC 48 – Instrumentos financeiros

A nova norma veio em substituição às diretrizes da norma CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, excetuada as orientações referentes a *hedge accounting*, para as quais foi permitido às companhias optar por manter o reconhecimento conforme IAS 39. A IFRS 9/CPC 48 é aplicável a todos os ativos e passivos financeiros e está estruturada para abranger três aspectos principais: a) classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros; b) redução ao valor recuperável (*impairment*) e c) contabilização de cobertura (*hedge accounting*).

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não identificou riscos de redução ao valor recuperável de ativos e não possui operações de *hedge accounting*.

As principais mudanças identificadas pela Companhia em virtude da aplicação do CPC 48 estão relacionadas à classificação de ativos e passivos financeiros, conforme descrito a seguir:

Ativos financeiros

As categorias de classificação de ativos financeiros existentes na norma anterior (mantidos até o vencimento, disponíveis para venda, mantidos para negociação e empréstimos e recebíveis) deixaram de existir.

As novas categorias de classificação dos ativos financeiros trazidas pelo CPC 48 são:

- Custo amortizado: utilizada quando os ativos financeiros administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por recebimento de principal e juros.
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: utilizada quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por recebimento de principal e juros, quanto para a venda.
- Valor justo por meio do resultado: utilizada para ativos financeiros que não atendam aos critérios descritos acima.

Passivos financeiros

As categorias de classificação de passivos financeiros existentes na norma anterior (Empréstimos e recebíveis, Valor justo por meio do resultado e custo amortizado), foram substituídas.

As novas categorias de classificação dos passivos financeiros trazidas pelo CPC 48 são:

- **Custo amortizado:** principalmente destinado ao reconhecimento de passivos financeiros que não sejam mantidos para negociação e que não tenham sido designados, em seu reconhecimento inicial, sob a opção de valor justo;
- **Valor justo:** utilizado para o reconhecimento dos passivos financeiros mantidos para negociação e àqueles que, em seu reconhecimento inicial, forem designados sob a opção de valor justo, podendo ser feito o reconhecimento das alterações de valor justo através do resultado ou por meio de outros resultados abrangentes, a depender da natureza que originar tal alteração.

No quadro abaixo, estão demonstradas as alterações de classificação dos ativos e passivos financeiros a partir das definições trazidas pelo CPC 48:

	<u>Classificação anterior (CPC 38)</u>	<u>Classificação atual (CPC 48)</u>
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio do resultado
Passivos financeiros		
Partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado

c) CPC 06 – Operações de arrendamento mercantil (R2)

O pronunciamento elimina as contabilizações de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em: (a) reconhecer inicialmente todos os arrendamentos no ativo (ativo de direito de uso) e passivo (obrigações de arrendamento) a valor presente; e (b) reconhecer a depreciação do ativo de direito de uso e os juros do arrendamento separadamente no resultado. Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2019.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não identificou impactos na adoção do CPC 06 (R2).

d) ICPC 22 – Incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro

A ICPC 22 esclarece a contabilização das posições fiscais de IRPJ e CSLL que ainda não foram aceitas pelas autoridades tributárias e ao mesmo tempo tem como objetivo aumentar a transparência. Adicionalmente, a ICPC 22 não introduz novas divulgações, mas reforça a necessidade de cumprir os requisitos de divulgação existentes sobre: a) julgamentos realizados; b) premissas ou outras estimativas utilizadas; e c) o impacto potencial de incertezas que não estejam refletidas nas demonstrações financeiras.

A ICPC 22 deve ser aplicada para os períodos anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2019.

A Administração avaliou os potenciais impactos da adoção da ICPC 22 e, com base nos estudos iniciais, concluiu que não há efeitos relevantes para a Companhia.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O saldo de caixa e equivalentes de caixa no montante de R\$ 87 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 3 em 31 de dezembro de 2019) refere-se a valores mantidos em conta corrente e operação compromissada que não possui qualquer restrição de liquidez ou risco de perda significativa de valor, conforme demonstrado abaixo:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e bancos	87	3
Total	87	3

4. PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o saldo de R\$13 registrado na rubrica de partes relacionadas, no passivo circulante, refere-se a pagamento de conta e ordem de despesas diversas devidos à Andrade Gutierrez S.A

5. INVESTIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2020, a única participação societária da Companhia refere-se ao investimento na Madeira Energia S.A., conforme mencionado na nota explicativa nº 1. As movimentações da participação societária detida pela Companhia estão demonstradas a seguir:

Descrição	Saldo inicial 31/12/2019	Equivalência patrimonial	Saldo final 31/12/2020
Coligada:			
Madeira Energia S/A.	390.185	(152.990)	237.195
	390.185	(152.990)	237.195

Descrição	Saldo inicial 31/12/2018	Equivalência patrimonial	Saldo final 31/12/2019
Coligada:			
Madeira Energia S/A.	490.440	(100.255)	390.185
	490.440	(100.255)	390.185

Os resumos das informações financeiras da investida, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, são assim demonstrados:

Madeira Energia S.A.	31.12.2020	31.12.2019
Ativos circulante e não circulante	3.937.348	3.937.348
Passivos circulante e não circulante	232.588	232.588
Patrimônio líquido	3.704.760	3.704.760
Capital social	10.619.786	10.619.786
Resultado do exercício	(1.452.620)	(951.833)
Número de ações ordinárias	12.034.025.147	12.034.025.147
Número de ações preferenciais	-	-
Quantidade de ações detidas pela Companhia	1.267.444.613	1.267.444.613
Participação no capital social da investida	10,53%	10,53%

a) Procedimento de arbitragem

Em 2014, a Companhia e a Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT”) iniciaram procedimento arbitral sigiloso na Câmara de Arbitragem do Mercado questionando: **(a)** aumento de capital aprovado na MESA parcialmente destinado ao pagamento de pleitos do Consórcio Construtor Santo Antônio (“CCSA”), no valor de aproximadamente R\$750.000, com fundamento na falta de apuração dos valores supostamente devidos e de aprovação prévia pelo Conselho de Administração da MESA, como exigem o Estatuto e o Acordo de Acionistas da MESA, bem como na existência de créditos desta contra o CCSA, passíveis de compensação, em montante superior aos pleitos, e **(b)** contra o ajuste para redução ao valor recuperável de ativos (impairment), no valor de R\$750.000, referente a determinados créditos da MESA contra o CCSA, com fundamento em que tais créditos, por força de disposição contratual expressa, são devidos na sua totalidades.

Em 2016, a sentença da Câmara de Arbitragem do Mercado reconheceu integralmente o direito da Cemig GT e da Companhia e determinou a anulação dos atos impugnados. Como reflexo dessa decisão, a MESA reverteu o impairment e registrou Perdas Estimadas de Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD), no valor de R\$678.551, nas suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Para dirimir a questão de responsabilidade do CCSA pelo ressarcimento de custos de recomposição de lastro e a utilização do limitador contratual, a coligada requereu, perante a *International Chamber of Commerce* ("ICC"), a instauração de processo arbitral em face do CCSA, que se encontra em andamento. Esse processo é revestido de confidencialidade, nos termos do Regulamento Arbitral da ICC.

b) Investigação e medidas legais

Estão em andamentos investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem suposto envolvimento de empresas que prestaram serviços à Madeira Energia S.A. (investida) com alegações de possíveis atividades ilegais, incluindo empresas pertencentes aos grupos econômicos de acionistas que eram membros do Consórcio Construtor Santo Antônio.

A Administração da Madeira Energia S.A. contratou escritório jurídico independente e constituiu uma comissão de investigação independente. Ao final da investigação, o escritório jurídico independente emitiu seu relatório, apresentado à Comissão e ao Conselho de Administração, em que se concluiu que não há evidências que corroborem as alegações preliminarmente investigadas, salvo novos desdobramentos futuros em decorrência das investigações ainda não concluídas, de acordos de leniência e ou de termos de colaboração firmados com as autoridades brasileiras

6. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social da Companhia é de R\$1.172.942 (R\$1.172.942 em 31 de dezembro de 2019).

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 09 de abril de 2019, foi deliberado e aprovado o aumento de capital da Companhia no montante de R\$ 1.174 representado por 16.026.954 ações ordinárias e 32.053.907 ações preferencias, a ser integralizado em moeda corrente do país, para fins de pagamento de despesas previstas no orçamento de 2019. A Ata e Boletim de subscrição foram registrados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais em agosto de 2021 e a integralização do capital, originalmente registrado como adiantamento para futuro aumento de capital, será efetivada no exercício de 2021.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de junho de 2020, foi deliberado e aprovado o aumento de capital da Companhia no montante de R\$ 394 representado por 13.650.390 ações ordinárias e 6.912.246 ações preferencias, a ser integralizado em moeda corrente do país, para fins de pagamento de despesas previstas no orçamento de 2020. A Ata e Boletim de subscrição foram registrados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais em setembro de 2021 e a integralização do capital, originalmente registrado como adiantamento para futuro aumento de capital, será efetivada no exercício de 2021.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de dezembro de 2020, foi deliberado e aprovado o aumento de capital da Companhia no montante de R\$ 250 representado por 4.385.720 ações ordinárias e 8.660.976 ações preferencias, a ser integralizado em moeda corrente do país, para fins de pagamento de despesas solicitadas pela Diretoria. A Ata e Boletim de subscrição foram registrados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais em setembro de 2021 e a integralização do capital será efetivada no exercício de 2021.

A composição acionária da Companhia, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, é demonstrada abaixo:

Descrição	31/12/2020			
	ON	% Votante	PN	% Total
Andrade Gutierrez Participações S/A.	3.381.219.470	49,33%	-	16,58%
Fundo de Investimentos em Participação Melbourne Multiestratégia	3.473.506.175	50,67%	13.536.798.424	83,42%
Total do capital social	6.854.725.645	100,00%	13.536.798.424	100,00%
Descrição	31/12/2019			
	ON	% Votante	PN	% Total
Andrade Gutierrez Participações S/A.	3.377.809.883	49,33%	-	16,58%
Fundo de Investimentos em Participação Melbourne Multiestratégia	3.470.003.516	50,67%	13.523.148.034	83,42%
Total do capital social	6.847.813.399	100,00%	13.523.148.034	100,00%

b) Prejuízos acumulados

A rubrica de prejuízos acumulados representa os resultados acumulados apurados pela Companhia nos exercícios anteriores, acrescidos do resultado do exercício corrente, apresentado separadamente na demonstração do resultado do exercício.

c) Ajuste de avaliação patrimonial

Em decorrência das operações mencionadas na nota explicativa nº 5-a, no exercício de 2018 a Companhia reconheceu, diretamente no patrimônio líquido, o resultado de mudanças no seu percentual de participação relativa no capital social de sua investida. Os referidos ajustes de avaliação patrimonial geraram impacto positivo R\$5.052 no patrimônio líquido da Companhia.

d) Resultado por ação

Conforme requerido pelo CPC 41 - Resultado por ação (IAS 33), a Companhia deve calcular o lucro básico e diluído por ação, considerando o resultado líquido atribuível aos acionistas dividindo-o pelo número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação. Desta forma, não há diferenciação entre o resultado diluído e o resultado básico por ação.

Os cálculos do resultado por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 são assim demonstrados:

(Em milhares, exceto o valor por ação)	31/12/2020	31/12/2019
Resultado do exercício atribuível aos acionistas	(153.482)	(101.284)
Disponível aos acionistas ordinários	(75.713)	(49.960)
Disponível aos acionistas preferenciais	(77.769)	(51.324)
Resultado do exercício atribuível aos acionistas	(153.482)	(101.284)
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	6.854.725	6.847.813
Média ponderada de número de ações preferenciais	13.536.798	13.523.148
TOTAL	20.391.523	20.370.961
Resultado básico e diluído atribuído aos acionistas	(0,0075)	(0,0050)

7. RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro da Companhia é composto basicamente por receitas com rendimentos de aplicações financeiras no valor de R\$3 (R\$4 em 31 de dezembro de 2019) e despesas provenientes de tarifas e encargos bancários no valor de R\$1 (R\$6 em 31 de dezembro de 2019).

8. DESPESAS ADMINISTRATIVAS POR NATUREZA

Apresentamos, a seguir, o detalhamento à cerca das naturezas das despesas gerais e administrativas apresentadas na demonstração do resultado:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Serviços de terceiros	(485)	(1.026)
Tributos e taxas	(9)	(1)
Total	(494)	(1.027)

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

Os tributos sobre a renda abrangem o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro. A alíquota para imposto de renda é de 25% (vinte e cinco por cento) e a alíquota para contribuição social é de 9% (nove por cento), produzindo uma taxa tributária nominal combinada de 34% (trinta e quatro por cento).

A seguir demonstra-se a conciliação da apuração do imposto de renda e da contribuição social da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(153.482)	(101.284)
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social a alíquota nominal	(52.184)	(34.437)
(Adições) exclusões permanentes:		
Resultado de equivalência patrimonial	(52.017)	(34.357)
Imposto de renda e contribuição social sobre prejuízo fiscal não constituídos (a)	(167)	(80)
Total	(52.184)	(34.437)

- (a) A Companhia não constituiu imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal e base de cálculo negativa, por não apresentar expectativa de realização em um futuro previsível.

10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCO

A Administração entende que os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital, bem como sua exposição aos riscos de crédito, de liquidez, de mercado e operacional, são monitorados e executados por seus acionistas.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Companhia não efetuou operações com instrumentos financeiros derivativos.

11. EVENTOS SUBSEQUENTES

Após avaliar possíveis ocorrências de eventos subsequentes à data das demonstrações financeiras, a Administração da Companhia concluiu que não houve eventos compreendendo a data das demonstrações financeiras e a data de sua aprovação que devessem ser ajustados ou divulgados nesta demonstração financeira.

12. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os membros da diretoria da Companhia tomaram conhecimento e aprovaram as demonstrações financeiras da Companhia referente ao período findo em 31 de dezembro de 2020 e autorizaram a sua conclusão e divulgação em 22 de setembro de 2021.

DIRETORES EXECUTIVOS

Walles de Jesus Lopes Pereira
Marina Rosenthal Rocha

DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Walles de Jesus Lopes Pereira

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Larissa Campos Breves
Flávio de Almeida Araújo
Renzo Brandão Gotlib
Marina Rosenthal Rocha
Gabriel Villas Boas Maia

CONTADOR RESPONSÁVEL

Renata Melloni
CRC Nº SP-284533/O-5